

Cerca de R\$ 391 bilhões serão gastos com pessoal e encargos sociais em 2024

Reforma Administrativa
Quem entende, apoia

DIA COMPER

EM DOBRO DE ANIVERSÁRIO

É HOJE!
05 E 06 DE OUTUBRO

RESUMO

Semana pra Dança
Às 16 horas a Semana pra Dança realiza uma mostra com mais de 20 coreografias no Armazém Cultural. O evento será encerrada às 20h30 (para maiores de 12 anos). Data: 06/10 | Horário: A partir das 11h.

Gratuito
O transporte público será gratuito em Campo Grande hoje (6), data em que ocorrem as eleições municipais. A gratuidade foi decretada pela prefeita Adriane Lopes (PP).

Aventura
A atração, que já atraiu mais de duas mil pessoas na Capital, segue com sua temporada no Shopping Campo Grande. O Gloob Space Jump é o maior parque inflável da América Latina. Com 3 mil m², a atração está localizada no estacionamento. É impossível não se divertir com a Super Arena Astronauta, com 500 metros e repleta de obstáculos, escalada, tobogãs, circuito, pula-pula, espaço baby e cores super vibrantes.

Clima&Tempo em Campo Grande
Domingo 06 OUT 2024

Sol com algumas nuvens. Não chove.

39 Máx. °C 26° Mín. °C

0,0 mm 57% UR 5% 30% E 15 km/h

Índice U.V.: ALTO

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
39°	37°	36°	34°	35°	39°



Eleições acontecem neste domingo com mais de 2 milhões de eleitores em MS

Campo Grande possui 646 mil eleitores aptos para escolher novo prefeito e vereadores

Neste domingo (6), os eleitores de Mato Grosso do Sul irão às urnas para escolher seus novos prefeitos e vereadores. No Estado, 2.032.487 pessoas estão aptas a votar, sendo que 83,81% (1.703.382 elei-

tores) já realizaram o cadastro biométrico, enquanto 16,19% (329.105 eleitores) votarão sem biometria. Em Campo Grande, o maior colégio eleitoral do estado, 646.198 eleitores estão registrados para participar do

pleito. Desses, 93,45% (603.891 eleitores) já possuem biometria, enquanto 6,55% (42.307 eleitores) não realizaram o cadastro. Entre os candidatos à prefeitura da capital estão Adriane Lopes (PP), Beto Figueiró (Novo), Beto Pereira (PSDB), Camila Jara (PT), Luso Queiroz (PSOL), Rose Modesto (União Brasil) e Ubirajara Martins (DC). A disputa também definirá os novos

vereadores que irão compor a Câmara. As eleições de 2024 em MS serão realizadas em todas as cidades do Estado, com os eleitores sendo convocados a votar das 7h às 16h. O uso da biometria será exigido nas zonas eleitorais onde o sistema está implementado, com a votação acontecendo de forma eletrônica, como nos anos anteriores. No âmbito nacional, além do uso intensivo da

biometria, o TSE intensificou os mecanismos de fiscalização e segurança para combater fraudes e garantir a lisura do processo eleitoral. Medidas como a proibição de aglomerações em locais de votação, a fiscalização rigorosa contra crimes eleitorais, como boca de urna, e o monitoramento de redes sociais para combater a desinformação estão entre as estratégias adotadas.

Ministro de Minas e Energia sinaliza possível retorno do horário de verão em novembro

VEJA NA PÁGINA 3•A

Presidente do TJMS é homenageado em evento nacional por atuação exemplar



Veja na página 7•A

Municípios de Mato Grosso do Sul terão Lei Seca durante todo domingo

Veja na página 5•A

Transporte coletivo será gratuito hoje em toda Campo Grande

Veja na página 5•A

MS define Polo de Agricultura Irrigada, abrangendo 26 municípios

Veja na página 5•A

Hospital Cassems inaugura Centro de Cirurgia Robótica em Campo Grande

FOTO: DIVULGAÇÃO



Veja na página 2•B

Tem economia pelo

APP, WHATS OU SITE

COMPER.com.br

Baixe o App

Available on the App Store GET IT ON Google Play



Manoel Afonso
AMPLA VISÃO

www.manoelafonso.com.br

O POLÍTICO:

Entendo que o governador Riedel (foto) é um grande político. Eu ainda digo mais: se trata de um político oxigenado, moderno, travestido de técnico e vacinado contra o vírus da presunção que viceja nas sombras do poder. Conclusão: se não é pedante e demagogo, não será contaminado pela soberba. Não é frio. É equilibrado.



DESEJOS: Espero que futuros prefeitos tenham em Riedel um modelo a ser seguido. Que se lembrem: o poder é efêmero. Dura só uma pequena parte da existência. Devem sair dele maiores, com a visão mais humana das relações sociais. Mantenham a simplicidade, não sejam pedantes, petulantes, pretensiosos, esnobes e empafados.

CAPITAL: O resultado das urnas neste primeiro turno pode balançar o cenário político do estado? Tudo bem que não se pode ter memória no jogo da política, mas quem se sentir prejudicado pode tentar se vingar em 2026 apesar das previsões de mudanças. O PSDB pode até desaparecer, mas os interesses devem manter unidos seus líderes atuais.

CONCLUSÕES: Numa eleição nem sempre vence quem apresenta melhor programa e competência para executá-lo. Outros fatores invisíveis, inclusive alianças, podem acabar pesando mais que o perfil ou preparo do candidato. O eleitor, alheio a tudo isso, tem um olhar de águia, faro de tigre e audição de morcego em relação aos candidatos.

A PERGUNTA: Quem ficar fora de disputar as eleições no segundo turno optará por qual postura? Simplesmente cruzará os braços numa demonstração de inconformismo com o resultado ou seguirá a vontade de seu partido e grupo político? Mas no jogo do poder as decisões de bastidores nem sempre correspondem a vontade do eleitor.

FATORES: Alguns deles pesam nestes acertos dos caciques partidários: promessa de empregos em bons cargos, aceno de alianças para a sucessão estadual e nas eleições presidenciais, além de negociações impúblicas. O eleitor terá que se acostumar a ouvir elogios de quem só criticava no primeiro turno. O velho enredo com outros atores.

REELEITOS: Os indicativos apontam na possibilidade de conquista da reeleição por parte de muitos dos atuais vereadores da capital. Com pouco espaço na propaganda no rádio e TV, eles levaram vantagem sobre os concorrentes novatos. É que são mais conhecidos, quer pela exposição na mídia ou mesmo pelas suas ações no legislativo.

FELIZ, FELIZ: Deputado Gerson Claro (PSDB) tem motivos para comemorar. Entregou um ônibus 0/KM, (viabilizado pela sua emenda de R\$700 mil) à APAE de Sidrolândia (160 alunos) e na mesma semana foi homenageado pelo Tribunal de Justiça recebendo a Comenda do Mérito Judiciário no grau de Grã Cruz. Parabéns.

CONECTADAS: Embora as agendas entre esse pleito de 2024 e as eleições presidenciais sejam diferentes, elas estarão ligadas pelos motivos já constatados em ocasiões anteriores. Os resultados nos municípios é que irão apontar ou consolidar lideranças que vão dar suporte as candidaturas de 2026. Sempre foi assim.

LER E REFLETIR: “Do almoxarifado em um subsolo de Brasília, onde estão exilados, Geraldo Alckmin (PSB) e Simone Tebet (MDB) têm tempo livre para promover um seminário sobre o que significa “frente ampla” na cartilha do PT. Do voto útil e do convite para associar ao petismo. E como não petistas ganham protagonismo em gestões do partido, se sacrificarem suas ambições... (publicado no site UOL de 03/10/2024 – segundo o colunista Raul Juste Lores)

A PROPOSIÇÃO: Contra as expectativas de ingênuos, a atual ministra Simone Tebet (MDB) não veio participar das eleições, em Três Lagoas e nem em Campo Grande. Indagase: estariam, ela e Alckmin articulando plano de apoio ao candidato Guilherme Boulos (PT) a prefeitura paulistana, como escada nas eleições de 2026. Tudo pode.

COMPARANDO: Com 55 cadeiras em disputa, a Câmara Municipal de São Paulo – o maior colégio eleitoral do país – tem 1016 concorrentes (18 candidatos por vaga). Na outra ponta, Campo Grande, contando com 29 vagas, totaliza 446 candidatos nestas eleições, sendo 15 postulantes para cada vaga.

DESAFIOS: Caso não tenha sucesso nas eleições de Corumbá, o ex-senador Delcídio do Amaral (PRD), poderia até tentar uma cadeira na Assembleia Legislativa ou Câmara Federal em 2026. Aos 69 anos de idade o ex-ministro das Minas e Energia do Governo Itamar Franco, poderia ser convencido a seguir na vida pública. Política é dinâmica.

NOVA ORDEM: A esquerda era mais dividida que a direita, que perdeu a áurea de unidade. Hoje são vários grupos da direita com os objetivos distintos: o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, a eleição da presidência da Câmara, a anistia dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro e a conquista da prefeitura paulistana. Durma-se com esses sonhos.



Cura para doenças mental e emocional

Wilson Aquino (*)

Numa sociedade em que uma criança, antes mesmo de atingir a maioridade, recebe naturalmente um bombardeio de informações e conhecimentos muito maior do que um indivíduo do passado adquiriu ao longo de toda a sua existência, os problemas relacionados à saúde mental e emocional surgem com maior incidência. Isso dificulta que indivíduos, sejam eles crianças, jovens ou adultos, consigam administrar suas vidas de forma equilibrada e saudável.

Diante desse quadro crítico, que tem gerado novas doenças consideradas “modernas”, muitos precisam recorrer a profissionais especializados para alcançar o tratamento adequado e a cura. A rapidez das mudanças tecnológicas e o excesso de estímulos constantes são fatores que contribuem para o aumento do estresse e da ansiedade, o que reforça a necessidade de cuidados e intervenções especializadas.

Segundo a ciência, a saúde mental e a saúde emocional são áreas relacionadas, mas distintas. A saúde mental refere-se ao bem-estar psicológico geral, englobando a capacidade de processar informações, tomar decisões e lidar com o estresse. Está diretamente ligada a questões neurológicas e psicológicas, abrangendo a sanidade e o tratamento de distúrbios mentais. Por outro lado, a saúde emocional diz respeito à forma como reconhecemos, entendemos e gerenciamos nossas emoções. Ela está relacionada ao estado de espírito e ao controle de variações de humor, sendo frequentemente mais visível no comportamento social de uma pessoa.

Os problemas de saúde emocional, por sua vez, podem se manifestar através de dificuldades em controlar o humor, explosões de raiva, isolamento social ou sentimentos de inadequação e baixa autoestima. O indivíduo com saúde emocional fragilizada pode apresentar dificuldade em lidar com frustrações e desenvolver padrões de comportamento prejudiciais, como o excesso de autocrítica ou a incapacidade de manter relações interpessoais saudáveis.

Entre as principais causas dos problemas de saúde mental e emocional estão o estresse excessivo, traumas emocionais, experiências de violência, além da pressão social e profissional. A velocidade das transformações no mundo atual, somada à necessidade de se adaptar a novas expectativas e responsabilidades, agrava esses quadros, criando um ciclo de tensão que, muitas vezes, o indivíduo não consegue enfrentar sozinho. O apoio profissional e uma rede de suporte são fundamentais para prevenir e tratar esses problemas.

Além dos tratamentos convencionais e recomendações médicas para as doenças mentais e emocionais, é fundamental lembrar que o ser humano é composto por corpo, mente e



espírito. O fortalecimento espiritual pode ser um caminho decisivo para a recuperação e equilíbrio do indivíduo. A conexão com Deus e a fé podem trazer paz interior, esperança e resiliência, sendo uma fonte inesgotável de força para enfrentar adversidades. A espiritualidade, muitas vezes, preenche o vazio existencial que contribui para o desenvolvimento de problemas emocionais e mentais.

A Bíblia oferece várias passagens que destacam o poder da fé e da confiança em Deus como meio de superar dificuldades internas. Em Isaías 41:10, Deus diz: “Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou o teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça.” Essa passagem é um

lembrete de que, mesmo em meio às maiores lutas internas, Deus oferece amparo e proteção, fortalecendo aqueles que confiam Nele.

Outra passagem importante é encontrada em Filipenses 4:6-7: “Não andeis ansiosos por coisa alguma; antes, em tudo sejam os vossos pedidos conhecidos diante de Deus pela oração e súplica com ações de graças; e a paz de Deus, que excede todo o entendimento, guardará os vossos corações e as vossas mentes em Cristo Jesus.” Aqui, a Bíblia nos ensina a lidar com a ansiedade e o medo através da oração, entregando nossas preocupações a Deus e permitindo que Sua paz ocupe nossas mentes e corações.

Ao confiar na providência divina, somos renovados a cada dia, recebendo esperança em meio à escuridão e força em meio à fraqueza. A presença de Deus em nossas vidas nos capacita a enfrentar não só as questões visíveis, mas também as batalhas internas, aquelas que muitas vezes lutamos em silêncio. O verdadeiro poder de cura e transformação está nas mãos do Criador, que nos conhece intimamente e deseja o nosso bem-estar integral.

Como disse o apóstolo Paulo em 2 Coríntios 12:9: “A minha graça te basta, porque o meu poder se aperfeiçoa na fraqueza.” Quando reconhecemos nossa dependência de Deus, experimentamos o poder transformador da Sua graça. O Senhor é fiel para nos sustentar em todos os momentos, e Nele encontramos a força necessária para superarmos qualquer adversidade.

Assim, ao buscar a ajuda necessária, seja através da medicina, da terapia ou de outros meios, não podemos esquecer que a maior de todas as fontes de cura está em Deus. Ele é quem nos guia, nos fortalece e nos concede uma paz duradoura. Ao nos entregarmos aos Seus cuidados, encontramos o verdadeiro equilíbrio para a mente, o corpo e o espírito.

*Jornalista e Professor.

A votação no dia 6 de outubro

Wilson Pedroso (*)

Neste domingo quase 156 mil eleitores poderão ir às urnas, em 5.569 cidades brasileiras, para ajudar a eleger prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

Além disso, as estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam que 463 mil pessoas solicitaram registros de candidaturas junto à Justiça Eleitoral, em todo o Brasil. No total, 15.573 candidatos disputam o comando das prefeituras brasileiras e 431 mil buscam ocupar uma das 58 mil cadeiras das câmaras municipais.

Números tão expressivos, tanto de eleitores quanto de candidatos, nos dão uma ideia do tamanho da infraestrutura necessária para que a votação ocorra de forma tranquila e eficiente em todo o país. Os investimentos da Justiça Eleitoral são altos em várias frentes, inclusive em tecnologia. Aproximadamente 114 mil urnas eletrônicas deverão ser utilizadas para recebimento dos votos dos eleitores brasileiros.

A legislação eleitoral estipula como obrigatório o voto de todos os cidadãos com idades entre 18 e 70 anos. Já para aqueles com 16 e 17 anos e para maiores de 70 anos e analfabetos, o voto é facultativo. O indivíduo que estiver fora do domicílio eleitoral deverá justificar a ausência, sendo que o prazo é de até 60 dias após o dia do pleito.

Uma grande parte do eleitorado, mais de 80%, já realizou o



cadastro biométrico e poderá votar com mais segurança, já que o recurso reduz fraudes e facilita o processo de identificação. Os eleitores que ainda não fizeram a biometria não serão impedidos de votar e poderão comparecer aos respectivos locais de votação levando um documento oficial com foto.

Na hora da votação, primeiramente deve-se digitar o número do candidato escolhido para o cargo de vereador e, na sequência, escolher a chapa de prefeito e vice. O uso de celulares ou outros equipamentos eletrônicos é proibido na cabine da urna, mas a colinha de papel, com os números dos candidatos, está liberada.

A expectativa é de que em poucas horas após o fim da votação já sejam divulgados os resultados das eleições em todo o país. Apenas nos municípios com mais de 200 mil eleitores poderá haver segundo turno, caso nenhum dos candidatos à prefeitura consiga atingir mais da metade dos votos válidos, excluídos os brancos e nulos.

Votar é um ato cidadão de exercício da democracia. O voto consciente é uma ferramenta poderosa e devemos saber usá-la para o bem das nossas cidades e das nossas vidas.

(*) O autor é consultor eleitoral e analista político com MBA nas áreas de Gestão e Marketing

acritica

Jornal afiliado a

ABRARJ
Associação Brasileira de Revistas e Jornais

Editado por:
CNC.BR
Centro Nacional de
Comunicações Ltda
CNPJ-MF 04.501.305/0001-38

Jornalista profissional **LUIZ CARLOS FEITOSA** - DRT/MS 105/L.1/F.53
Diretor Executivo
ELIZETE CONCEIÇÃO RODRIGUES FEITOSA
Diretora Financeira

FONE: (67) 3317-7890

Redação, Administração e, Departamento Comercial
Av. Júlio de Castilhos, 1747 • Sede própria - 79100-901 - C. Grande-MS

Whatsapp: (67) 99974-5440

@acriticadecg - Facebook - Youtube - Instagram - Threads

FOTOS: DIVULGAÇÃO

FOTO: DIVULGAÇÃO



MS registra aumento de casos de Covid-19 e reforça a importância da vacinação

Estado registra 572 novos casos em uma semana; autoridades de saúde alertam para a necessidade de manter a vacinação atualizada

Com o aumento de casos de Covid-19 em Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) destaca a importância de manter a vacinação em dia como a principal medida de proteção. De acordo com o Boletim Epidemiológico divulgado nesta terça-feira (1º), o Estado registrou 572 novos casos na última semana, reforçando a necessidade de vigilância contínua contra o vírus. Lívia Mello, gerente técnica de Influenza e Doenças Respiratórias da SES, ressalta que, ao contrário de outros vírus respiratórios, como a Influenza, que tem circulação sazonal, a Covid-19 continua a se espalhar ao longo do ano. "O controle da Covid-19 depende diretamente da imunização, especialmente com a circulação constante de novas variantes", explica Lívia.

Ana Paula Goldfinger, coordenadora de Imunização da

SES, aponta que a queda na procura pelas doses de reforço pode estar contribuindo para o aumento de casos. "Muitas pessoas acreditam que estão protegidas após uma ou duas doses, mas sem o esquema vacinal completo e atualizado, o vírus encontra espaço para se espalhar", alerta.

A vacinação é especialmente crucial para idosos e pessoas com comorbidades, que são mais vulneráveis às formas graves da doença. A SES também destaca que a vacina está disponível para grupos prioritários, incluindo crianças, trabalhadores da saúde, indígenas e pessoas em situação de vulnerabilidade, como moradores de rua.

Com a chegada da variante XBB.1.5, a recomendação é que todos mantenham o calendário de vacinação atualizado para garantir a proteção contra as formas circulantes do vírus.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Inflação pode estourar teto da meta em 2024 devido à seca e alta na energia

Efeitos da estiagem e bandeira vermelha nas contas de energia pressionam preços de alimentos e elevam previsões para o IPCA

Economistas preveem que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024 poderá ultrapassar o teto da meta de 4,5%. A previsão é influenciada pela adoção da bandeira tarifária vermelha nas contas de energia elétrica e pelos impactos da seca sobre os preços dos alimentos. Se confirmado, será a oitava vez que a inflação estoura a meta desde a adoção do regime de metas em 1999 e a terceira nos últimos quatro anos.

Instituições como XP Investimentos e Santander Brasil elevaram recentemente suas estimativas para o IPCA de 2024, citando o aumento das tarifas de energia e as condições climáticas adversas como os principais fatores de pressão. A bandeira tarifária da energia elétrica passou de verde para vermelha 2, o nível mais crítico,

e técnicos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) indicam que a normalização, com o retorno das bandeiras amarela ou verde, só deve ocorrer em 2025.

O economista João Fernandes, da Quantitas, projeta um IPCA de 4,7% para o final do ano e destaca que os preços dos alimentos, especialmente da carne bovina, são atualmente a principal preocupação. A seca prolongada afeta as pastagens e reduz a oferta, aumentando os preços. "O mercado já esperava uma redução no abate de fêmeas, mas a seca intensificou esse cenário", explicou Fernandes.

Embora haja uma possibilidade de que o IPCA fique abaixo do teto da meta, caso as chuvas sejam mais intensas do que o previsto, o cenário-base dos analistas é de rompimento da meta inflacionária.



Mudança na política de preços da Petrobras reduz volatilidade dos combustíveis no Brasil

Nova estratégia ajuda a proteger o mercado interno das oscilações globais do petróleo.

A mudança na política de preços da Petrobras, implementada em maio do ano passado, tem ajudado a manter a alta volatilidade dos preços internacionais do petróleo distante do mercado brasileiro. Essa avaliação é feita pelo analista Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos. Segundo ele, um possível reajuste nos combustíveis, que era considerado "provável" na semana passada,

agora passou a ser apenas "possível", devido à flutuação nos preços da commodity. "A Petrobras evita repassar diretamente a volatilidade aos clientes, o que fez com que a probabilidade de um reajuste fosse reduzida", explicou Arbetman ao Estadão/Broadcast. Ele destacou que a estatal não segue mais estritamente a paridade de importação, permitindo maior flexibilidade nos preços

domésticos. Apesar da expectativa de redução nos preços da gasolina e do diesel na semana passada, que beneficiou ações de distribuidoras como Vibra e Ultrapar, o aumento recente nos preços do petróleo, influenciado pela escalada do conflito no Oriente Médio, trouxe novamente um cenário de incerteza. "Ainda que a Petrobras tenha evitado um reajuste imediato, não é possível descartar essa possibilidade no futuro", alertou o especialista.

O preço do petróleo Brent, que chegou a US\$ 70 o barril, subiu para mais de US\$ 77 devido ao impacto do conflito

que envolve grandes produtores como Irã e Iraque. A defasagem de preços no Brasil se intensificou, com a gasolina custando 5% menos e o diesel 4% menos que no mercado internacional, segundo a Associação Brasileira de Importação de Combustíveis (Abicom). Na Refinaria de Mataripe, os preços são ainda mais baixos, com uma defasagem de 7% para o diesel e 6% para a gasolina.

Com a atual política, o governo brasileiro segue monitorando o cenário internacional, e um ajuste nos preços dos combustíveis dependerá da redução da volatilidade global.

Justiça Eleitoral estabelece normas para propaganda e conduta no dia da eleição

FOTO: DIVULGAÇÃO

Eleições 2024: Regras para o dia de votação em Mato Grosso do Sul

Hoje (6) mais de 153 milhões de eleitores irão às urnas em todo o Brasil para escolher novos prefeitos e vereadores em 5.569 municípios. Em Mato Grosso do Sul, a Justiça Eleitoral reforça as regras que devem ser seguidas por candidatos e eleitores no dia da eleição, conforme a Resolução TSE nº 23.610/2019, modificada pela Resolução TSE nº 23.732/2024.

No dia da eleição, os eleitores podem manifestar sua preferência de forma individual e silenciosa, usando bandeiras, broches, adesivos ou camisetas com símbolos de candidatos, partidos, coligações ou federações. Está vetada a aglomeração de pessoas com rou-



pas ou objetos que identifiquem partidos ou candidatos. Além disso, não são permitidas manifestações ruidosas, abordagens, aliciamentos ou tentativas de persuasão coletiva dos eleitores. Distribuição de camisetas também é proibida.

Servidores da Justiça Eleitoral, mesários e apuradores não podem usar ou portar qualquer material de propaganda política nas seções eleitorais.

No dia da votação, o uso de alto-falantes, a realização de comícios, carreatas, boca de urna e a divulgação de propaganda eleitoral são crimes. Novos conteúdos ou impulsos de propaganda nas redes sociais também estão proibidos, mas conteúdos previamente publicados podem permanecer online.

Cidadãos que testemunharem infrações podem denunci-

ar as irregularidades ao juiz eleitoral da zona onde ocorreram, e, dependendo da gravidade, o caso será encaminhado ao Ministério Público para análise.

Essas normas garantem a ordem e a integridade do processo eleitoral em Mato Grosso do Sul e em todo o país, assegurando que a votação transcorra de forma justa e democrática.

Ministro de Minas e Energia sinaliza possível retorno do horário de verão em novembro

Medida suspensa em 2019 pode voltar para aliviar pressão no sistema elétrico

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que há uma "necessidade" e "possibilidade real" do retorno do horário de verão em novembro deste ano. A medida, suspensa em 2019 pelo então presidente Jair Bolsonaro

sob a alegação de falta de benefícios, está em análise devido à atual crise hídrica e à demanda por energia.

"O horário de verão é uma possibilidade real. A decisão ainda não foi tomada, mas, se nada mudar nos próximos dias,

a necessidade de implementá-lo em novembro pode se tornar iminente", disse Silveira, destacando que o país enfrenta a maior crise hídrica dos últimos 74 anos.

Silveira também ressaltou a importância do horário de verão para reduzir a pressão no sistema elétrico durante o "horário de ponta", entre 18h e 20h. O vice-presidente Geraldo Alckmin apoia a ideia, afir-

mando que a medida pode ser uma "boa alternativa" para poupar energia.

A decisão final sobre o retorno do horário de verão será avaliada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que terá a palavra final sobre o tema. Antes de sua suspensão, o horário de verão costumava ser implementado entre outubro ou novembro e terminava em fevereiro.

COMPER
Entrega EXPRESSA
Compre e receba em até **3h*** aproveite
www.comper.com.br

*Válido para entregas de até 24 itens comprados no site até às 15h. Sujeito a disponibilidade de entrega.

 @acriticadecg

6.554 Publicações 6.993 Seguidores 270 Seguindo

A Crítica
Jornal
O líder da avenida, há 43 anos.
Leia as matérias completas em nosso site:
Ver tradução

linktr.ee/linksacriticade... e outras 2 pessoas
Seguido(a) por nadjahirata, carlosguipri e outras 8 pessoas

Seguindo Mensagem

GUSTAVO PASSARELLI

ADVOGADO

“Pacificação no campo é o objetivo principal”

Em entrevista ao jornal A Crítica, o advogado Gustavo Passarelli trouxe detalhes sobre o recente acordo histórico envolvendo a demarcação de terras indígenas, destacando o papel conciliador do Supremo Tribunal Federal.



O ministro Gilmar Mendes, ao proferir a decisão do seu despacho 87, que criou a Comissão de Conciliação

■ Ele enfatizou que, embora o acordo tenha gerado expectativas entre os produtores, é necessário ter cautela, pois ainda há muitas áreas em estudo e processos de demarcação em andamento pelo País. Passarelli ressaltou a importância de avançar com novos acordos de forma responsável, sempre visando à pacificação no campo e à retomada da vida dos produtores impactados. Confira a entrevista na íntegra:

A Crítica: A decisão foi um fato histórico em meio a esses embates de terras indígenas, não é?

Dr. Gustavo: Esse é um marco histórico na questão da demarcação de terras indígenas, especialmente porque agora se concretiza ou se concretizará a indenização pela terra nua ao produtor. Vale lembrar que a grande angústia dos produtores rurais afetados por esses processos sempre foi que, uma vez declarada a terra como indígena, a Constituição Federal não previa indenização pela terra nua, apenas pelas benfeitorias. Esse avanço foi conquistado ao longo de muitos anos, com a forte atuação de diversas instituições. É importante destacar que essa discussão começou quando o atual governador, Eduardo Riedel (PSDB), ainda presidia a Famasul. O presidente Marcelo Bertoni também teve um papel fundamental, assim como o governo estadual, liderado por Riedel, que teve grande destaque nessa luta pelo reconhecimento da possibilidade de pagamento da indenização pela terra nua, o que foi finalmente decidido no acordo firmado entre as partes no Supremo Tribunal Federal.

A Crítica: Esses produtores que vão receber pelas terras terão que sair, correto?

Dr. Gustavo: E, justamente por conta do acordo firmado, será realizado o pagamento não apenas pelas benfeitorias, mas também pelo valor da terra nua, com um valor consensual estabelecido. Os produtores têm 15 dias para deixar suas propriedades. Naquela região específica, a maioria das terras já estava ocupada pelos indígenas há alguns anos, restando poucas propriedades ainda em posse dos

produtores. Agora, aqueles que ainda permanecem na área começaram a se retirar, e, em seguida, ocorrerá o pagamento pela terra nua.

A Crítica: O senhor poderia nos explicar um pouco mais sobre o que significa exatamente os termos "benfeitorias" e "terra nua"?

Dr. Gustavo: São duas situações distintas. As benfeitorias são os acréscimos que foram feitos ao imóvel, como, por exemplo, mangueiros, silos, sede, residências dos funcionários e cercas. Esses são bens que não fazem parte originalmente da terra, mas foram acrescentados ao longo do tempo. Já a terra nua refere-se à terra propriamente dita, ou seja, ao valor da propriedade em si, sem os acréscimos.

A Crítica: Alguns produtores, que estão nessas terras há tanto tempo, podem ter dificuldade em aceitar essa decisão. Como essas informações foram recebidas por eles? Causa ainda algum mal-estar essa questão de precisar sair das terras?

Dr. Gustavo: Acredito que não. Pelo que pudemos perceber, estando próximos dos produtores, inclusive durante o procedimento do acordo, o resultado não gerou uma reação negativa. Para muitos desses produtores, que estão envolvidos nesse processo há mais de 20 ou 30 anos, essa solução trouxe a possibilidade de cada um seguir seu caminho. Claro que, em um acordo, há concessões de ambos os lados, e ambos tiveram que abrir mão de algo. Os produtores cederam dentro dos limites do que consideravam razoável em termos de negociação de valores. Mas, o mais importante foi o marco histórico alcançado. Creio que, para eles, a sensação foi de alívio.

A Crítica: O senhor acredita que, após o ocorrido aqui em Mato Grosso do Sul, isso poderá desencadear novos acordos em outras regiões do país que enfrentam essa mesma situação há muitos anos?

Dr. Gustavo: Essa é a expectativa. O ministro Gilmar Mendes, ao proferir a decisão do seu despacho 87, que criou a Comissão de Conciliação no Su-

premo, da qual fazemos parte, tinha justamente a intenção de criar um modelo de acordo que pudesse ser expandido para todo o país, com o objetivo de promover a pacificação. A ideia é que outros estados sigam esse modelo. Obviamente, isso gera preocupações em relação ao orçamento, aos valores envolvidos e ao volume de áreas em nível nacional, que é muito grande. No entanto, a expectativa é que acordos como o de Antônio João se propaguem pelo país.

A Crítica: Dr. Gustavo, olhando para o cenário atual e pensando no futuro, quais são os principais desafios que o setor do agronegócio pode enfrentar com novas demarcações de terra aqui em MS? O senhor acredita que isso pode mudar o rumo das coisas ou ainda levará um tempo para que novas situações surjam?

Dr. Gustavo: Sempre que discutimos demarcação de terras indígenas, um princípio constitucional fundamental entra em questão: a segurança jurídica. Isso é uma grande preocupação, pois temos propriedades registradas, com título legítimo, em que os produtores possuem documentação completamente regular, muitas vezes com titulação que remonta a mais de cem anos. No entanto, essas áreas podem eventualmente ser declaradas como terras indígenas, o que gera muita insegurança. A esperança é que, com esse modelo de acordo, e o reconhecimento de que os produtores têm direito à indenização, possamos resolver todas as demarcações no Estado o mais rapidamente possível. Assim, todos poderão exercer suas atividades com segurança jurídica, realizar investimentos e projetos, e trazer a normalidade de volta o mais rápido possível.

A Crítica: É importante destacarmos a atuação do ministro Gilmar Mendes, Dr. Gustavo, pois ele criou um setor específico para tratar desse tema, que é tão relevante para o nosso país. Poderia comentar mais sobre isso?

Dr. Gustavo: Exatamente.

A postura do Supremo, na tentativa de conciliar temas difíceis, tem se tornado mais frequente nos últimos anos, e essa atuação conciliadora da Suprema Corte exerce um papel importante. Sem dúvida, como você mencionou, o ministro Gilmar Mendes está deixando e deixará um legado significativo em sua atuação no Supremo, especialmente em acordos como este e outros que já foram firmados recentemente. Um exemplo foi sua participação na questão do ICMS nos estados. O que chamou atenção foi uma fala dele na primeira audiência de conciliação, quando disse que este é um tema muito sensível e que decisões judiciais por si só não resolveriam o problema, já que hoje uma decisão pode ser de um jeito, amanhã de outro, ou uma lei pode ser promulgada e depois declarada inconstitucional. Assim, as partes continuariam a discutir sem alcançar um resultado concreto. Portanto, essa intervenção do Supremo, com todo o poder e autoridade, e, nesse caso, através do ministro Gilmar, foi fundamental para que esse objetivo fosse finalmente alcançado.

A Crítica: Quais são os aprendizados que o senhor acredita que o setor do agronegócio já tirou e ainda vai tirar dessa negociação? Como esses aprendizados podem ajudar a preparar melhor o setor para futuras discussões em áreas estratégicas, como a região que faz fronteira com o Paraguai e outras áreas aqui no nosso Estado?

Dr. Gustavo: Eu diria que, olhando para este caso específico, com o qual estivemos muito próximos, e para os que ainda virão, acabamos conhecendo um pouco mais da realidade dessas situações. A principal sugestão ou conselho que daria é que os produtores entrem na mesa de negociação com a consciência de que será necessário ceder, mas por um bem maior, ou seja, um redirecionamento. Claro que ninguém gostaria de estar nessa posição, e é compreensível o sentimento de indignação dos produtores com a demarcação de suas áreas, que são de fato deles, adquiridas

com muito esforço, onde investiram sonhos, vidas e projetos. Esse sentimento de incompreensão é justificável, mas o que discutimos bastante neste acordo é que, quando você está em uma situação sem alternativas claras, às vezes é preciso reconhecer que não há outra opção. É possível continuar discutindo no Judiciário por anos, ou optar por um acordo, ainda que o valor recebido não seja o ideal ou o valor exato da área, mas que permita seguir em frente.

Isso, claro, dependerá de cada caso específico. Alguns processos, como o de Antônio João, já estavam em uma fase avançada, com até decreto presidencial declarando a área como indígena. Em outros casos, ainda estão em fases iniciais. Então, o produtor precisa avaliar se vale a pena continuar discutindo para provar que sua área não é indígena, se acredita que tem provas suficientes, ou se prefere buscar um acordo. Essa avaliação será muito particular de cada caso, mas é importante que haja uma disposição para a conciliação e para o diálogo, não só por parte dos produtores, mas também da comunidade indígena. A vontade de negociar precisa vir de ambos os lados.

A Crítica: Como a Famasul se colocou à disposição para dar suporte a esses produtores? Existe alguma posição formal da Famasul em relação a oferecer apoio, visto que muitos desses produtores dedicaram suas vidas à produção de soja, milho e outras culturas?

Dr. Gustavo: A Famasul sempre teve uma preocupação significativa com esses produtores, especialmente quando se trata de pequenos agricultores. Um exemplo é a situação crítica em Douradina, onde há pequenos produtores rurais que dependem de suas áreas para subsistência. Nesses casos, existe a possibilidade de reassentamento, ou seja, ao invés de receberem pagamento em dinheiro, a União poderia oferecer uma nova área para que eles possam continuar suas atividades.

No caso específico de Antônio João, a Federação também deu todo o suporte possí-

vel, desde a fase pré-acordo, participando das discussões, orientando e estando presente nas audiências realizadas no Supremo. A Famasul é uma das federações mais atuantes no Brasil na questão da demarcação de terras indígenas.

Quando aos produtores de Antônio João, cada família agora terá um recurso disponível e poderá decidir se retornará às atividades ou buscará outras alternativas. Cada família está em uma fase diferente da vida, com idades variadas e histórias que foram alteradas ao longo dessa longa discussão. Portanto, essa decisão dependerá da avaliação de cada família sobre o melhor caminho a seguir diante de tudo o que viveram.

A Crítica: E se tratando de pessoas que estejam passando por situação parecida e que ainda teve uma resolução sobre o caso?

Dr. Gustavo: Já tivemos a oportunidade de conversar com vários produtores que nos procuraram para entender o acordo e as perspectivas futuras. É natural que um acordo como esse gere muitas expectativas, especialmente entre os produtores envolvidos no processo. Todos que enfrentam esse tipo de problema desejam uma solução rápida para poder retomar suas vidas e redirecionar suas atividades, se necessário. Contudo, é essencial ter muita cautela nesse momento, pois o número de pretensões de demarcação de terras a nível nacional é muito grande. Existem muitas áreas em estudo e processos de demarcação pelo Brasil, o que envolve valores bastante significativos de indenização.

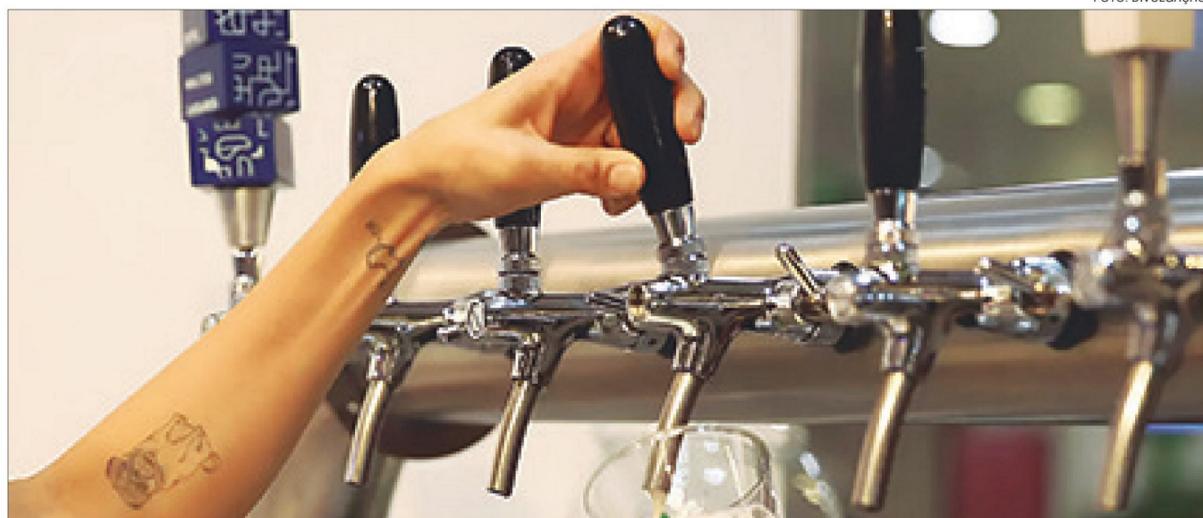
Por isso, a principal recomendação agora é ter paciência e não criar expectativas exageradas de que tudo será resolvido rapidamente ou que novos acordos serão feitos já na semana que vem. O processo não é simples, pois envolve questões de disponibilidade financeira que são desafiadoras. No entanto, é papel das instituições e da comissão criada no Supremo avançar nessa direção, escolhendo novas áreas para futuros acordos. O objetivo principal é alcançar a pacificação no campo.

Já tivemos a oportunidade de conversar com vários produtores que nos procuraram para entender o acordo ...

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Municípios de Mato Grosso do Sul terão Lei Seca durante todo domingo

FOTO: DIVULGAÇÃO



Proibição do consumo e venda de bebidas alcoólicas será implementada em sete cidades do Estado durante o período eleitoral

■ Durante todo o dia de hoje (6), sete cidades de Mato Grosso do Sul estarão sob a imposição da Lei Seca, que visa garantir a ordem pública durante o processo eleitoral de 2024. A venda e o consumo de bebidas alcoólicas estarão proibidos a partir da noite de sábado (5) até o domingo (6), em diferentes horários, conforme

estabelecido por juízes eleitorais das respectivas zonas eleitorais. As cidades afetadas pela determinação são Rio Brillante, Nova Alvorada do Sul, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Ribas do Rio Pardo, Brasilândia e Santa Rita do Pardo. A medida será aplicada em estabelecimentos como bares, restaurantes, conveniências e locais pú-

blicos, com uma fiscalização rigorosa conduzida pela Polícia Militar para assegurar o cumprimento das regras e a tranquilidade durante a votação. Em Rio Brillante e Nova Alvorada do Sul, a restrição começa às 23h de sábado e vai até 20h de domingo, conforme decisão do juiz eleitoral Evandro Endo. Já em Jardim e Guia Lopes da Laguna, a proibição também será das 23h de sábado até 20h de domingo, de acordo com a portaria da juíza Melyna Machado Mescouto Fialho.

Ribas do Rio Pardo terá a venda e o consumo de bebidas

alcoólicas restritos das 00h às 16h de domingo, conforme portaria assinada pelo juiz Vinícius dos Anjos Borba. Nos municípios de Brasilândia e Santa Rita do Pardo, a proibição ocorrerá das 00h às 16h de domingo, conforme a determinação do juiz Aldrin de Oliveira Russi.

Os infratores poderão responder por crime de desobediência, com base no artigo 347 do Código Eleitoral, além de estarem sujeitos a outras penalidades, como aquelas relacionadas à embriaguez e promoção de desordem durante o período eleitoral.

Transporte coletivo será gratuito hoje em toda Campo Grande

Decreto garante gratuidade no transporte público da capital durante o pleito eleitoral

■ Nos dias das eleições, os moradores de Campo Grande terão acesso gratuito ao transporte coletivo, conforme decreto publicado no Diário Oficial da última quinta-feira (3). A medida será aplicada neste domingo (6) e, caso haja segundo turno, também no dia 27 de outubro.

O decreto garante que todos os passageiros poderão utilizar o transporte coletivo da capital sem custo, em conformidade

com a Resolução n. 23.736 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que regulamenta os atos do processo eleitoral de 2024.

Além da gratuidade, o decreto determina que, nos dias das eleições, o transporte público opere com a mesma frequência, itinerários e frota normalmente oferecidos em dias úteis, assegurando que todos os eleitores possam se deslocar facilmente até seus locais de votação.

Cesta básica em Campo Grande registra estabilidade em setembro

A jornada de trabalho necessária para adquirir uma cesta básica manteve-se em 111 horas e 20 minutos

■ Em setembro, o valor da cesta básica em Campo Grande permaneceu estável, registrando R\$ 714,63, conforme levanta-

mento. Para uma família de quatro pessoas, o custo médio foi de R\$ 2.143,89, com variação anual acumulada de 2,43% e de 5,76% nos últi-

mos 12 meses.

Entre os itens que mais influenciaram no custo, o café em pó apresentou alta de 12,48%, registrando um preço médio de R\$ 18,63. Nos últimos 12 meses, o aumento acumulado do café chegou a 41,55%. O leite de caixinha também subiu 1,96%, impactando o preço da manteiga, que apresentou leve alta de 0,58%, com média de R\$

13,90 por embalagem de 200 gramas.

O pãozinho francês aumentou 1,08%, mesmo com a retração de 1,28% no preço da farinha de trigo. Já o arroz agulhinha subiu pelo terceiro mês consecutivo, registrando alta de 0,64% em setembro, acumulando 21,81% nos últimos 12 meses.

Por outro lado, a batata registrou queda significativa de

9,99% em setembro, embora o acumulado anual ainda seja alto, com 72,15%. O preço da batata variou entre R\$ 3,85 e R\$ 8,98 o quilo durante o mês. O tomate (-8,12%), feijão carioca (-1,59%) e o açúcar cristal (-2,54%) também registraram quedas, refletindo uma boa oferta e baixa demanda.

Em termos de jornada de trabalho, o tempo necessário

para adquirir a cesta básica em setembro manteve-se em 111 horas e 20 minutos, o mesmo de agosto, mas inferior ao registrado em setembro de 2023, quando foram necessárias 112 horas e 37 minutos. O comprometimento do salário mínimo líquido para aquisição da cesta básica foi de 54,71%, mantendo-se estável em relação ao mês anterior.

OFERTA

PREÇO DA CARNE BAIXOU!

PESQUISE E COMA MAIS.

UMA INICIATIVA:

ACRISUL
Fundada em 15-01-1931

FAMASUL
Federação da Agricultura e Pecuária
Mato Grosso do Sul

ABPO
PANTANAL SUSTENTÁVEL

NOVILHO PRECOCE-MS

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Estado define Polo de Agricultura Irrigada, abrangendo 26 municípios

FOTO: DIVULGAÇÃO



Primeiro polo do Estado terá foco na ampliação da produtividade e sustentabilidade agrícola, com apoio do governo federal e estadual.

O primeiro Polo de Agricultura Irrigada de Mato Grosso do Sul foi oficialmente nomeado e definido durante uma oficina técnica realizada em Dourados, no auditório da Embrapa Agropecuária Oeste. Denominado Polo de Agricultura Irrigada do Centro-Sul de Mato Grosso do Sul, ele abrangerá 26 municípios e já soma cerca de 80 mil hectares de lavouras irrigadas.

Esse é o 14º Polo de Agri-

cultura Irrigada do Brasil, coordenado pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc), da Embrapa e da Associação de Irrigantes. O programa MS Irriga, lançado pelo Governo Estadual em julho, impulsiona o desenvolvimento de uma agricultura mais tecnológica e sustentável.

Com o aumento de 63% na área irrigada entre 2015 e 2024, Mato Grosso do Sul já possui 320.304 hectares irrigados, destacando-se como o segundo maior estado do país com alta aptidão para irrigação. O estado tem um potencial de 4,9 milhões de hectares irrigáveis, com 2,4 milhões de hectares classificados como altamente aptos, conforme destacou o coordenador de Agricultura da Semadesc, Fernando Nascimento. O polo será um catalisador para investimentos em infraestrutura, energia elétrica e novas tecnologias, ajudando a ampliar a produtividade sem a necessidade de expansão de áreas agrícolas. Ex-

perimentações da Embrapa demonstram que a irrigação pode aumentar significativamente a produção de grãos, como soja e milho. Além de apoiar grandes indústrias de celulose e papel, como Suzano e Eldorado, o governo estadual busca incentivar o cultivo de produtos que atualmente são importados de estados vizinhos, como frutas e hortaliças. A meta é fortalecer a agricultura familiar, gerar empregos e aumentar a qualidade de vida no campo.

Os municípios que integram o polo incluem Dourados, Maracaju, Ponta Porã, e outras localidades estratégicas para o desenvolvimento do setor agrícola no estado.

Tomate rasteiro lidera variação de preços no Estado, aponta levantamento do PROCON/MS

Tomate rasteiro lidera variação de preços no Estado, aponta levantamento do Procon/MS

Pesquisa mostra diferenças significativas nos preços da cesta básica em Campo Grande, Três Lagoas e Ponta Porã

O tomate rasteiro apresentou a maior variação de preços no levantamento de setembro realizado pelo Procon/MS (Secretaria Executiva de Orientação e Defe-

sa do Consumidor), com destaque entre os itens da cesta básica nos municípios de Campo Grande, Três Lagoas e Ponta Porã. O preço do quilo variou de R\$ 2,98 na capital para R\$ 7,14 em Ponta Porã, uma diferença de 139,82%.

A pesquisa, realizada em parceria com os Procons municipais, coletou dados em 33

estabelecimentos entre os dias 11 e 20 de setembro, abrangendo 33 produtos da cesta básica. Além do tomate, o quilo da cebola também registrou uma alta variação, com preços entre R\$ 3,95 em Campo Grande e R\$ 7,64 em Ponta Porã, um aumento de 93,56%.

Por outro lado, o óleo de soja apresentou a menor variação, sendo comercializado a R\$ 5,77 na capital e R\$ 5,94 nas cidades do interior.

De acordo com Angelo Motti, secretário-executivo do

Procon/MS, a pesquisa busca ampliar o monitoramento de preços e fornecer informações úteis aos consumidores. "Estamos expandindo o levantamento para refletir a evolução dos preços e proteger os direitos dos consumidores em todo o estado", afirmou Motti.

O levantamento revelou que a cesta básica teve um preço médio de R\$ 312 em Campo Grande, R\$ 318,91 em Três Lagoas e R\$ 348,35 em Ponta Porã.

A partir de agora, MS tem lei que irá valorizar trabalho das mulheres no campo

Nova legislação promove inclusão, capacitação e combate à desigualdade de gênero nas áreas rurais do Estado

Desde a última sexta-feira (3), Mato Grosso do Sul implementa diretrizes para a valorização e empoderamento da mulher no campo, conforme estabelece a Lei Estadual 6.315 de 2024, de autoria do deputado Lidio Lopes (Patriota). A nova lei visa fomentar a inclusão qualificada das mulheres nas atividades rurais, promovendo capacitação e fortalecendo o empreendedorismo feminino no setor agrícola.

Entre as principais diretrizes estão o incentivo à escolarização adequada às mulheres rurais, o apoio ao empreendedorismo feminino, o desenvolvimento econômico sustentado nas propriedades chefiadas por mulheres e o combate à violência doméstica e de gênero no campo. A lei também busca melhorar o acesso das mulheres rurais aos sistemas de justiça e segurança pú-

blica, além de incentivar práticas agrícolas sustentáveis para fortalecer a segurança alimentar e nutricional.

O deputado Lidio Lopes destacou a importância de promover a igualdade de gênero no campo e valorizar o papel das mulheres na produção de alimentos e preservação da biodiversidade. "As mulheres rurais são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo e desempenham um papel crucial na preservação da biodiversidade, mas enfrentam grandes desigualdades sociais", afirmou Lopes.

A legislação visa, ainda, assegurar que as mulheres tenham condições de desenvolver plenamente suas capacidades produtivas e profissionais, com um enfoque também na melhoria de sua qualidade de vida e no respeito a sua integridade física e emocional.

Produtores rurais adotam práticas sustentáveis para combater incêndios

Baixa umidade e vegetação seca intensificam riscos; tecnologias e capacitação são essenciais para preservar o bioma

O aumento de áreas incendiadas no Pantanal de Mato Grosso do Sul tem causado graves danos ambientais, econômicos e dentro das propriedades rurais. Com a previsão de poucas chuvas e temperaturas elevadas nas próxi-

mas semanas, conforme o Instituto Nacional de Meteorologia, o risco de incêndios florestais continua alto, exigindo atenção redobrada dos produtores rurais.

Para enfrentar esse cenário, o uso de tecnologias tem se mostrado crucial para a

continuidade da produção pecuária. Entidades representativas e governamentais, como a Famasul e o Senar/MS, estão oferecendo apoio com fundos de investimento, como o FCO Pantanal e o Renovagro, além de programas de capacitação focados em prevenção e combate a incêndios. De 2019 a 2024, mais de 2.500 pessoas foram treinadas em cursos como "Prevenção e Combate a Incêndios no Meio Rural", que ensina o uso de abafadores, bombas costais e outras prá-

cas essenciais.

Medidas de prevenção em destaque - O cuidado com aceiros e o monitoramento contínuo das áreas de vegetação são medidas fundamentais para evitar a propagação do fogo. "A formação de brigadas voluntárias e o estabelecimento de planos de comunicação rápida para alertar autoridades e vizinhos em caso de incêndio são ações cruciais para preservar o Pantanal", afirma Clovis Tolentino, consultor técnico da Famasul.

Além disso, a comunicação via satélite e o uso de imagens de satélite para detectar focos de calor em tempo real têm facilitado a atuação estratégica das forças de segurança, como o Corpo de Bombeiros, que instalou 13 bases em pontos estratégicos do Pantanal.

O Senar/MS, por meio do programa Superação Pantanal, tem enviado equipes para prestar assistência técnica a mais de 10 mil propriedades no estado, com foco em sustentabilidade e prevenção

de incêndios. Só no Pantanal, cerca de 115 mil hectares estão sendo monitorados. A parceria com o Reflore/MS fortalece essas ações, promovendo capacitação de brigadas voluntárias e campanhas de conscientização.

A combinação de tecnologia, treinamento e planejamento estratégico é essencial para enfrentar os incêndios no Pantanal e garantir a preservação do bioma e a continuidade das atividades rurais na região.

SBTMS | SBTMS.COM.BR

sbtMS

CANAL:
HD 8.1
NET 517

ONDE

TODOS

SE CONECTAM

Informação em tempo real • Conteúdos multiplataforma • Entretenimento irreverente



Governo homologa licitação para pavimentação do Polo Empresarial Norte em Campo Grande

Obra de R\$ 1,2 milhão irá melhorar acesso, segurança e logística para 33 empresas e 1,5 mil trabalhadores

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul homologou a licitação para pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais no acesso ao Polo Empresarial Norte Miguel Letteriello, localizado na saída para Cuiabá, às margens da BR-163, em Campo Grande. A obra, avaliada em R\$ 1,2 milhão, busca atender a 33 empresas ativas no polo, beneficiando cerca de 1,5 mil trabalhadores que circulam diariamente pela região.

A intervenção inclui a pavimentação de dois acessos ao polo: um para entrada e saída de veículos e outro exclusivo

para saída, facilitando o tráfego na BR-163 e melhorando a segurança viária. A ausência de um acesso adequado à rodovia representa, atualmente, um risco significativo para veículos que trafegam na área.

Além da pavimentação de 2.764 metros quadrados, a obra contempla 31 metros de drenagem e 200 metros quadrados de sinalização viária. A expectativa é que essa infraestrutura promova o crescimento das operações empresariais no polo, especialmente em setores como aço, sementes e transporte, gerando novos empregos e atraindo

mais investimentos.

O projeto, aprovado pela concessionária CCR MS Via e executado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog) e a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), faz parte de um plano estratégico para expandir os polos industriais da capital. Estima-se que 180 indústrias serão instaladas nos polos industriais de Campo Grande nos próximos anos, com potencial para gerar 15 mil novos empregos.

A Agesul também destacou o compromisso com a sustentabilidade, exigindo da empresa contratada práticas que minimizem impactos ambientais, como o uso de materiais sustentáveis e a gestão adequada de resíduos. Com quatro polos industriais



Obra de R\$ 1,2 milhão irá melhorar acesso, segurança e logística para 33 empresas e 1,5 mil trabalhadores

já em funcionamento, Campo Grande continua a se consoli-

dar como um centro de desenvolvimento econômico, ali-

nhando crescimento com sustentabilidade.

SES lança campanha Outubro Rosa em MS com foco na prevenção e autocuidado

FOTO: DIVULGAÇÃO



"Cultura do cuidado: Saúde em cada decisão" é o tema da campanha, que busca promover hábitos saudáveis e a prevenção ao câncer de mama

A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES) lançou na última sexta-feira (4) a campanha Outubro Rosa com o tema "Cultura do cuidado: Saúde em cada decisão". O objetivo é conscientizar a população sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama, além de promover hábitos saudáveis entre os servidores e a população em geral.

Durante a abertura do evento, voltada aos servidores, foi apresentado um levantamento sobre os hábitos de saúde dos colaboradores, com base nas recomendações do Instituto Nacional de Câncer (INCA). A pesquisa revelou desafios em aderir completamente às recomendações preventivas, apesar do crescente interesse em hábitos saudáveis.

O secretário de Estado de Saúde, Maurício Simões Corrêa, destacou a importância do autocuidado. "Queremos construir uma cultura de cuidado, onde cada decisão no dia a dia reflete o compromisso com

a saúde e o bem-estar", afirmou.

A campanha, que ocorrerá ao longo de outubro, inclui uma série de ações voltadas à saúde feminina, com foco na prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama, que é o mais comum entre as mulheres em Mato Grosso do Sul, com uma estimativa de 910 novos casos em 2023. Além disso, a campanha aborda também o câncer do colo do útero, incentivando a vacinação contra o HPV e a realização periódica do exame Papanicolau, medidas essenciais para a prevenção e detecção precoce da doença.

Câncer de mama - O câncer de mama é o tipo que mais acomete mulheres em todo o mundo, tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos. É uma doença resultante da multiplicação de células anormais da mama, que forma um tumor capaz de tomar outros órgãos. Há vários tipos de câncer de mama.



Presidente do TJMS é homenageado em evento nacional por atuação exemplar

Desembargador Sérgio Fernandes Martins recebe comenda durante Encontro do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça e destaca projeto sustentável do Judiciário de MS

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), desembargador Sérgio Fernandes Martins, foi homenageado durante o 12º Encontro do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre). Ele recebeu a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Pará, concedida a personalidades com destaque em suas atuações profissionais, técnicas e éticas.

A honraria foi entregue pela presidente do TJPA, desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, e pelo presidente do Consepre, Carlos Alberto França. Durante o evento, Sérgio Fernandes Martins também apresentou uma iniciativa inovadora do TJMS em sustentabilidade: a Usina Fotovoltaica

da Gameleira, que garante 100% da energia do Poder Judiciário do estado seja limpa e

renovável. "A meta é que o Judiciário de Mato Grosso do Sul seja o primeiro ente federativo brasileiro carbono neutro até 2030", afirmou o presidente.

A usina, com 6.000 placas solares, gera 400 mil kW por mês, complementados por outras 1.447 placas que produzem mais 90 mil kW. O projeto integra um plano mais amplo

que inclui 50 usinas em 49 comarcas, somando uma capacidade total de 931 mil kW, suficiente para abastecer uma cidade de quase 5.000 habitantes. A homenagem e o compromisso do TJMS com a sustentabilidade ressaltam o papel do Judiciário no avanço das questões ambientais e na busca por um futuro mais eficiente e sustentável.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Mais de 200 mil Carteiras de Identidade Nacional foram emitidas no Estado

FOTO: DIVULGAÇÃO

Documento reduz fraudes, amplia e unifica padrões. Serviço é gratuito e está disponível nas 27 Unidades da Federação

■ Mais segura, unificada e com o CPF como referência, a Nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) já está sendo emitida nas 27 Unidades da Federação. Até o momento, o estado de Mato Grosso do Sul emitiu 200 mil CINs, ou 6,90% da população sul-matogrossense. São 107,8 mil registros de pessoas do sexo feminino (53,8%) e 92,3 mil do sexo masculino (46,1%). A média de emissão é de 242 por dia. Apenas no mês de setembro, foram 27,7 mil documentos registrados no estado.

No recorte por idade, quem mais tem se beneficiado do serviço é a parcela da população de 15 a 19 anos, que corresponde a 9,07% do total de novas CINs em Mato Gros-



Documento reduz fraudes, amplia e unifica padrões. Serviço é gratuito

so do Sul. A segunda faixa etária com maior número de registros é a entre 10 e 14 anos, com 16,8 mil emissões no estado (8,4% do total).

"A gente está buscando melhorar a identificação dos brasileiros. Isso é mais do que uma pauta só de segurança. O novo documento vai permitir que a gente melhore a qualidade do serviço público prestado, na medida em que temos um cidadão, agora, perfeitamente identificado. Então, a gente pode fazer uma política públi-

ca focada no cidadão, na sua jornada de vida e na sua necessidade", ressaltou o secretário de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Rogério Mascarenhas.

A nova Carteira de Identidade Nacional pode contemplar símbolos internacionais que identificam pessoas com deficiência visual e/ou auditiva, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pessoas com deficiência intelectual. Dos 13,4 milhões de documentos

emitidos até o fim de setembro em todo o país, 210 mil foram registrados por pessoas com deficiência.

Em Mato Grosso do Sul, 3,5 mil pessoas com deficiência já emitiram o documento. Desse universo, 1,5 mil são de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (41,6%), 714 com deficiência física (19%), 710 pessoas com deficiência intelectual (18,9), 411 com deficiência auditiva (10,9%) e 355 com deficiência visual (9,4%).

MS ganha 19 novas estações meteorológicas para ampliar monitoramento climático

Projeto da Aprosoja/MS visa melhorar previsões meteorológicas e apoiar a agricultura no estado

■ Mato Grosso do Sul receberá 19 novas estações meteorológicas, fortalecendo a rede de monitoramento climático no estado. O projeto, coordenado pela Associação dos Produtores de

Soja de Mato Grosso do Sul (Aprosoja/MS), integra o sistema global de monitoramento e tem como objetivo coletar dados essenciais para previsões climáticas e suporte técnico à agricultura.

As novas estações seguirão os padrões do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), registrando informações sobre temperatura, vento, umidade, precipitação e outras variáveis climáticas. Entre os municípios beneficiados estão Água Clara, Inocência, Paraíso das Águas, Aquidauana e Corumbá. O projeto, com um

investimento de R\$ 7,8 milhões do Governo do Estado e da Semadesc, visa preencher lacunas de cobertura no monitoramento climático e fornecer dados mais precisos para o planejamento agrícola. "Esse avanço será essencial para mitigar impactos de eventos climáticos extremos e fortalecer a economia regional", destacou a Aprosoja/MS.



Presidente do Tribunal de Contas de MS recebe Ordem do Mérito Judiciário

Jerson Domingos é homenageado por serviços prestados à Justiça e ao Estado

■ O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), conselheiro Jerson Domingos, foi agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, em cerimônia realizada no último dia 27. A honraria é destinada a reconhecer personalidades que se destacaram por serviços relevantes à Justiça e à sociedade.

Durante a sessão solene no Plenário do Tribunal Pleno, 17 personalidades receberam a comenda, entregue pelo presidente do TJMS, desembargador Sérgio Fernandes Martins, e pelo chanceler da Ordem, desembargador Carlos Eduar-

do Contar. "O Tribunal de Contas é fundamental para o Estado e para o Judiciário. O presidente Jerson Domingos tem impulsionado a boa relação entre as instituições, sendo merecedor dessa homenagem", destacou Sérgio Martins.

Jerson Domingos expressou sua gratidão, afirmando que a homenagem reflete o trabalho coletivo do TCE-MS. "Este reconhecimento é um marco na minha carreira e na vida do Tribunal. Ele se estende a todos os conselheiros e servidores, que diariamente zelam pela transparência e pelo bom uso dos recursos públicos", afirmou Domingos.

Há **50** anos voando com segurança.

AMAPIL
TÁXI AÉREO



voeamapil.com.br (67) 99981-0913

FOTOS: DIVULGAÇÃO

MS lidera crescimento em florestas plantadas e atrai bilhões em investimentos de celulose

FOTO: DIVULGAÇÃO



Estado registra aumento de 15% na área de florestas plantadas e consolida-se como segundo maior produtor do Brasil, com investimentos bilionários no setor

■ Mato Grosso do Sul registrou um crescimento de 15% na área de florestas plantadas em 2024, o maior aumento no Brasil. Com 1,5 milhão de hectares dedicados principalmente ao cultivo de eucalipto, o estado se destaca como o segundo maior em florestas plantadas no país, atraindo grandes investimentos da indústria de papel e celulose. Ao todo, seis

plantas de celulose estão confirmadas, somando R\$ 75 bilhões em aportes, de acordo com o Projeto SIGA/MS, que monitora o setor no estado. Esse crescimento foi destacado pelo secretário de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc), Jaime Verruck, durante o 56º Congresso de Celulose e Papel da ABTCP, em São Paulo. "Tive-

mos um aumento de 275 mil hectares em florestas plantadas no último ano, o que transforma toda a estrutura econômica e logística do estado", afirmou Verruck. Cinco dos dez maiores municípios brasileiros em área de florestas plantadas estão em Mato Grosso do Sul, com destaque para Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas. O estado tem atraído grandes players como Suzano, Eldorado Brasil, Bracell e Arauco, que investem na instalação de fábricas de celulose na região. Recentemente, a Bracell anunciou uma nova planta de 2,8 milhões de toneladas e R\$ 25 bilhões em

investimentos, que deve gerar 10 mil empregos na construção e 3 mil na operação. Com a expansão do setor, o governo estadual enfrenta desafios em logística e qualificação profissional. Verruck destacou a importância de melhorar as rotas de transporte, como a Rota Celulose, e buscar soluções ferroviárias para facilitar o escoamento da produção. "O setor tem uma participação significativa no PIB do estado, alcançando 17,8%. Continuaremos apoiando esse crescimento que traz desenvolvimento e inclusão social para Mato Grosso do Sul", concluiu o secretário.

Obras da Rota Bioceânica avançam com previsão de conclusão da ponte sobre o Rio Paraguai em 2026

FOTO: DIVULGAÇÃO

Ponte entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta faz parte de projeto estratégico para Mato Grosso do Sul, com obras no lado brasileiro e paraguaio seguindo cronograma

■ Durante reunião realizada na última quinta-feira (3), o cronograma de conclusão da ponte sobre o Rio Paraguai, que conectará Porto Murtinho (Brasil) a Carmelo Peralta (Paraguai), foi atualizado. A previsão de término, inicialmente estimada para novembro de 2025, foi ajustada para fevereiro de 2026, segundo o Consórcio PYBRA, responsável pela construção. A informação foi divulgada pelo secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul (Semadesc), Jaime Verruck, que participou da reunião. "A obra está em ritmo normal, com as contratações e processos já recuperando o atraso

ocorrido no lado brasileiro", afirmou Verruck. Ele também destacou que as obras de pavimentação das rodovias no lado paraguaio estão dentro do cronograma, com o trecho entre Mariscal Estigarribia e Poso Hondo previsto para ser concluído no final de 2026. A reunião contou com a presença de representantes de diversos órgãos, incluindo a ANTT, Dnit, Receita Federal, e Polícia Rodoviária Federal, além do Consórcio Binacional PYBRA. A pauta incluiu o status das obras da ponte, do acesso à ponte Bioceânica e do recinto aduaneiro. Com relação ao trecho da BR-267 em Mato Grosso do Sul, que integra a Rota Bioceânica, Verruck informou



que o Governo Federal garantiu R\$ 200 milhões para a recapacitação da rodovia entre Alto Caracol e Porto Murtinho. Além disso, os 248 km da BR-267 entre Bataguassu e Nova Alvorada serão licitados pelo estado como parte da rota da

celulose. As obras de acesso à ponte em Porto Murtinho, financiadas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), devem começar em breve, com o canteiro já montado e a contratação de pessoal em andamento.



Ponte entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta faz parte de projeto estratégico

Advogados devem consultar local de votação e regularizar situação financeira até dia 22

Eleições da OAB/MS acontecem em 22 de novembro

■ A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), realizará suas eleições no dia 22 de novembro de 2024. Os advogados podem consultar seus locais de votação pelo site oficial: <https://oabms.org.br/eleicao-oab>. O Programa de Recuperação de Crédito será suspenso temporariamente de 22 de outubro a 22 de novembro devido ao processo eleitoral. Segundo

o Provimento nº 222/2023/ CFOAB, a regularização financeira dos advogados deve ser feita até 22 de outubro, para garantir a aptidão ao voto. O prazo não será prorrogado, mesmo em caso de feriado ou final de semana. A OAB/MS recomenda que todos os advogados verifiquem sua situação junto à seccional antes do prazo final para garantir sua participação nas eleições.

MS registra aumento de 16,5% na abertura de empresas em setembro

FOTO: DIVULGAÇÃO



Sector de Serviços lidera novas empresas no estado, com destaque para Campo Grande.

■ A Junta Comercial de Mato Grosso do Sul (Jucems) registrou a abertura de 908 novas empresas em setembro, representando um crescimento de 16,5% em comparação ao mesmo período de 2022, quando foram registradas 779 novas empresas. O setor de Serviços liderou os novos registros, com 665 empresas, seguido pelo Comércio (216) e Indústria (37). No acumulado de 2023, Mato Grosso do Sul já contabiliza 8.614 novas empre-

sas, sendo 6.135 do setor de Serviços, 2.143 do Comércio e 336 da Indústria. "A Jucems mantém um crescimento contínuo na abertura de empresas, graças às políticas de desenvolvimento do Estado", destacou o presidente da Jucems, Nivaldo Domingos da Rocha. Campo Grande se mantém como o maior mercado empresarial do estado, com 400 novas empresas registradas em setembro, seguido por Dourados (118) e Três Lagoas (56).

LGPD: Você sabe o que é?

A LGPD, Lei Geral de Proteção de Dados, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

A Fecomércio, em conformidade com a Lei, disponibiliza o Canal do Titular - LGPD, para que os titulares tirem eventuais dúvidas via e-mail: lgpd@fecomerccio-ms.com.br

Fecomércio MS
Sindicato Sincor
IPF
Sistema Comércio

CONSULTAS "DEFINE POSITIVO" E "ACERTA POSITIVO"

TEM NOVIDADE CHEGANDO!

Agora o jeito de consultar o consumidor ficou muito melhor. As Consultas "DEFINE E ACERTA" ganharam poder de Cadastro Positivo.

Informações mais precisas e seguras para o seu negócio!

Para saber mais, entre em contato com nossos consultores (67) 99622-5936 ou (67) 99606-5262

BoaVista SCPC

ACICG 95
Associação Comercial e Industrial de Campo Grande

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Ministério da Agricultura desclassifica 11 marcas de azeite impróprias para consumo

Produtos foram considerados fraudados e estão fora dos padrões estabelecidos; consumidores devem solicitar substituição

Na última quinta-feira (3), o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) divulgou uma lista de 11 marcas de azeite de oliva desclassificadas e consideradas impróprias para consumo. Entre as marcas estão **Málaga, Rio Negro, Quinta de Aveiro, Cordilheira, Serrano, Oviedo, Imperial, Ouro Negro, Carcavelos, Pérola Negra e La Ventosa.**

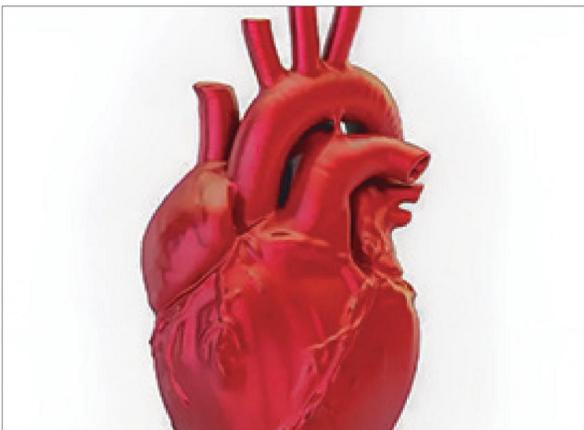
Os produtos foram reprovados em análises realizadas pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária, por não atenderem aos padrões da Instrução Normativa nº 01/2012. Além disso, as empresas responsáveis por esses azeites tiveram seus CNPJs baixados pela Receita Federal, confirmando a

suspeita de fraude.

Marcas como Serrano e Cordilheira já haviam sido proibidas pela Anvisa, e os testes do Mapa reforçam que se tratam de produtos fraudados. Supermercados e atacadistas que vendem esses azeites podem ser penalizados, conforme o Decreto nº 6.268/2007. O Ministério também informou que outras marcas estão sendo analisadas e novos resultados serão divulgados em breve. Os consumidores que adquiriram esses produtos devem interromper o uso e solicitar a substituição, seguindo o Código de Defesa do Consumidor ou informando o Mapa por meio do canal oficial Fala.BR, indicando o local da compra.

MS registra quase 11 mil internações por emergências cardíacas em 2023

FOTO: DIVULGAÇÃO



Em 2023, Mato Grosso do Sul registrou 10.963 internações por emergências cardíacas através do SUS (Sistema Único de Saúde), de acordo com dados da Associação Brasileira de Medicina de Emergência (Abramede). Desse total, 97% dos atendimentos (10.590 casos) foram de urgência, enquanto apenas 376 foram eletivos, ou seja, programados e agendados. O estado foi apontado como um dos mais críticos em termos de internações emergenciais no Brasil, ficando atrás apenas de Goiás na região Centro-Oeste.

Goiás lidera o ranking regi-

onal com 22.363 internações, seguido por Mato Grosso do Sul, o Distrito Federal (10.100) e Mato Grosso (8.553). Entre os principais problemas cardíacos registrados estão insuficiência cardíaca, infarto agudo do miocárdio, doenças isquêmicas do coração, transtornos de condução e arritmias cardíacas. Em todo o país, a Abramede contabilizou 641.980 internações por emergências cardíacas. A insuficiência cardíaca foi a principal causa, com 206.978 casos, seguida pelo infarto agudo do miocárdio, responsável por 102.659 internações.

Hospital Cassems inaugura Centro de Cirurgia Robótica em Campo Grande

FOTO: DIVULGAÇÃO

Primeira cirurgia robótica realizada com sucesso no estado; inovação marca avanço na saúde pública

Na última segunda-feira (30), a Caixa de Assistência à Saúde dos Servidores de Mato Grosso do Sul (Cassems) inaugurou o Centro de Cirurgia Robótica no Hospital Cassems de Campo Grande. A nova tecnologia já foi utilizada com sucesso em uma cirurgia urológica realizada na terça-feira (01).

Ricardo Ayache, presidente da Cassems, destacou o avanço: "Nossa primeira cirurgia robótica foi um sucesso, fruto da busca constante por inovação. Isso posiciona Campo Grande na rota da excelência e reforça a qualidade da assistência à saúde para os servidores e seus familiares."

O lançamento contou com a presença de autoridades médicas, incluindo João Manzano, presidente do Instituto Brasileiro de Cirurgia Robótica, que elogiou a inclusão de Mato Grosso do Sul no seleto grupo de estados que oferecem essa tecnologia. "Ver o Hospital Cassems aderir à cirurgia



Primeira cirurgia robótica realizada com sucesso no estado; inovação marca avanço na saúde pública

FOTOS: DIVULGAÇÃO

robótica é um marco para a saúde no estado", afirmou.

Bruno da Rosa de Almeida, presidente da Sociedade Brasileira de Urologia de MS, também celebrou: "Há anos aguardávamos por esse serviço. Os beneficiários da Cassems e a população do estado terão acesso a procedimentos de ponta."

O Centro inicia suas atividades com foco nas áreas de urologia, ginecologia e cirurgia geral. Procedimentos como prostatectomia, histerectomia e reparo de hérnias estão entre as intervenções que serão realizadas com o auxílio do robô cirúrgico 'da Vinci'. Para acomodar a nova tecnologia, o hospital passou por reformas e a equipe recebeu treinamento especializado.



Ricardo Ayache, presidente da Cassems, destacou o avanço

Atualmente, o Brasil conta com mais de 110 robôs cirúrgicos em operação, um número

que dobrou nos últimos sete anos, reforçando o avanço da tecnologia no país.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Cel David celebra sanção de lei que restabelece sete níveis salariais para militares no Estado

Nova legislação atende reivindicações históricas e traz ajustes na progressão funcional e contribuições sociais

O deputado estadual Coronel David (PL) comemorou, na última quinta-feira (3), a sanção da Lei Complementar nº 335, que restabelece os sete níveis salariais para militares do Mato Grosso do Sul, uma demanda antiga da categoria. A nova legislação, fruto de anos de negociações lideradas por David junto ao governo estadual, altera a progressão funcional dos militares e ajusta as contribuições ao Sistema de

Proteção Social para ativos, inativos e pensionistas.

A principal novidade da lei é a criação de sete níveis de progressão funcional, conforme definido no artigo 26-A. Cada nível reflete o tempo de serviço dos militares, com progressões a cada cinco anos, desde o início da carreira até após 30 anos de serviço. "Essa mudança visa valorizar os profissionais e incentivar a permanência na carreira", destacou

Coronel David. Além disso, a lei ajusta as contribuições dos militares ao Sistema de Proteção Social. Para reformados e pensionistas com doenças graves, a contribuição incidirá apenas sobre o valor que exceder três salários mínimos, promovendo maior justiça social.

Outra inovação importante, fruto de solicitação do deputado ao governador Eduardo Riedel (PSDB), é a inclusão dos militares inativos com 30 anos de serviço no último nível salarial. Uma comissão formada por representantes das corporações e da Secretaria de Estado de Administração

(SAD) será responsável por analisar os casos e garantir que os direitos dos militares sejam respeitados.

Coronel David foi uma das principais vozes na Assembleia Legislativa em defesa da categoria e celebrou a conquista. "Nossa luta deu resultado", afirmou, reconhecendo o compromisso do governador Riedel com os militares estaduais.

A nova lei entra em vigor a partir de 1º de outubro de 2024, substituindo legislações anteriores e criando um modelo de progressão mais justo e alinhado às necessidades dos militares do estado.

SOS VOO

Há 5 anos decolando com soluções seguras para seus problemas de voo.

Conte com a SOS VOO para qualquer contratempo.

 sos.voo  67 99941-0767

